

FÓRUM
PERMANENTE SOBRE
POPULAÇÃO
ADULTA
EM SITUAÇÃO DE
RUA[RJ]

BASES PARA UMA POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO
SOCIAL DA POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



FÓRUM
PERMANENTE SOBRE
POPULAÇÃO
ADULTA
EM SITUAÇÃO DE
RUA[RJ]



**BASES PARA UMA POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO
SOCIAL DA POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO
DE RUA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Idealização e realização

**Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua
do Estado do Rio de Janeiro**

Organização, sistematização e redação

Jorge Vicente Muñoz

Produção e revisão

Luciano Rocco

Projeto gráfico e editoração

Luana Aguiar

Impresso no Rio de Janeiro em março de 2009

Tiragem: 1.200 exemplares.

Agradecemos à colaboração do vereador Reimont Santa Bárbara, da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, que viabilizou a impressão desta publicação.

**Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua
do Estado do Rio de Janeiro**

Endereço para contato e correspondência:

Nova Pesquisa e Assessoria em Educação

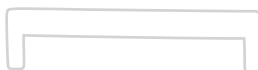
Avenida Rio Branco, 37 – Sala 910

Rio de Janeiro / RJ

CEP: 20090-003

Tel.: 0/xx/21 2516 2037

E-mail: nova@novapesquisa.org.br



[Apresentação]

O documento “Bases para uma Política Pública de Inclusão Social da População Adulta em Situação de Rua no Estado do Rio de Janeiro”, concretiza uma das metas do Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro, de iniciativa da sociedade civil organizada.

Contando com a participação efetiva e sistemática de moradores/as de rua, de entidades da sociedade civil, técnicos/as e educadores/as de órgãos dos governos estadual e municipais, o Fórum vem, desde sua criação em 2000, realizando estudos e pesquisas, promovendo o debate público e a capacitação dos/as profissionais envolvidos/as em programas de atendimento a essa população.

Cinco (5) seminários estaduais – o mais recente realizado em novembro de 2008 – debateram assuntos e questões relativas ao conteúdo deste documento, registrando a presença não só de 18 municípios fluminenses, mas também de representantes do Governo Federal (MDS) e de experiências significativas de estados como São Paulo e Minas Gerais.

Entendemos que a elaboração e entrega das “Bases”, constitui um fato político totalmente novo na história do nosso estado. A sociedade civil organizada contando com a efetiva participação de técnicos/as de instâncias governamentais elaboraram e colocam à disposição da sociedade como um todo, uma proposta de política pública que visa a efetiva inclusão social da população adulta em situação de rua no estado do Rio de Janeiro.

Mas não só. É nosso desejo poder contribuir na revisão das ênfases e concepções até de quanto se fala e publica sobre essa população, pois ao não dispor de uma proposta que vá às raízes estruturais dos desafios que a tal inclusão coloca, acaba-se reiterando recorrentes abordagens pontuais e episódicas.

Gostaríamos, finalmente, que o mencionado documento fosse um espaço de discussão consistente a ser coroada por um texto definitivo de política pública e decorrente estratégia de execução. O fórum dispõe-se a participar desse processo.

Esperando estar contribuindo positivamente no avanço das conquistas sociais no nosso estado, renovamos os votos de estima e consideração.

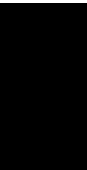
Jorge Vicente Muñoz, pesquisador da Nova Pesquisa e Assessoria em Educação, integrante da coordenação executiva do Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2009.



[Sumário]

INTRODUÇÃO	9
ESBOÇANDO O PERFIL	10
Anotações sobre o período de 1888 a 1985	10
Anotações sobre o período de 1990 a 2008	11
Uma definição	12
INCLUSÃO SOCIAL	13
Diretrizes norteadoras	13
Sobre técnicos/as e educadores/as	14
Serviços, atendimento e equipamentos	14
Sobre as metodologias	15
PROPOSTAS ESPECÍFICAS	16
Assistência social	16
Educação e cultura	17
Saúde	18
Trabalho e emprego	19
Moradia	20
Direitos humanos	21



BASES PARA UMA POLÍTICA
PÚBLICA DE INCLUSÃO SOCIAL DA
POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO
DE RUA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

[Introdução]

O presente documento é o resultado amadurecido e sistematizado de 8 anos de intercâmbio de experiências, estudos, pesquisas e debates públicos promovidos pelo Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro.

Emerge de um processo de construção coletiva da qual participaram tanto a sociedade civil – nela incluída certamente a própria população em situação de rua – como educadoras/es de instituições governamentais envolvidos/as em diversas experiências de ação social junto àquele seguimento social.

São três as partes que compõem este documento:

- O perfil dessa população no Rio de Janeiro;
- Sua inclusão social: diretrizes norteadoras;
- Propostas específicas nas áreas de Assistência Social, Educação e Cultura, Saúde, Trabalho e Emprego, Moradia e Direitos Humanos.

Elencamos, a seguir, os municípios que têm participado dos mencionados trabalhos: Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Petrópolis, Macaé, Campos, Volta Redonda, Barra Mansa, Barra do Piraí, Resende, Angra dos Reis, Teresópolis, Rio das Ostras, Itaboraí, S. João de Meriti e Nilópolis.

I. ESBOÇANDO O PERFIL

As fontes a que recorreremos para destacar os principais traços no perfil desta população no estado do Rio de Janeiro são: o “Levantamento Histórico sobre as Políticas Públicas para a População Adulta em Situação de Rua de 1888 até a atualidade” (julho de 2005), de Eriedna Santos Barbosa; “Perfis e Mapeamento de Populações de Rua do Rio de Janeiro” da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e outros/1999; “Levantamento da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro”/2007; a pesquisa nacional censitária promovida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) 2007/2008 e, finalmente, os trabalhos diários junto à mencionada população, particularmente das instituições membros do Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro.

1. Anotações sobre o período de 1888 a 1895

Analisando o referido levantamento histórico, descobrimos alguns traços marcantes:

- Trata-se de uma população muito heterogênea (1888 a 1897) composta inicialmente por ex-escravos, ex-combatentes da Guerra de Canudos e suas famílias e, finalmente, pessoas com problemas de saúde física e mental. Posteriormente essa heterogeneidade não só se manteve como tornou-se mais complexa conforme as conjunturas sócio-políticas, econômicas e culturais;
- Nas três décadas seguintes, outros grupos se somam aos anteriores. Neles, características como desemprego, falta de moradia e de formação profissional se tornam nítidas;
- Na era Vargas (1930- 1945) não há traços significativos a acrescentar ao perfil. Há, sim, diferentemente dos perío-

dos anteriores em que a discriminação e “higienização”, ora através da sanatorização, ora do afastamento forçado dos centros urbanos caracterizaram os procedimentos dos governos, o oferecimento de serviços e atendimento específicos destinados a essa população. Mais tarde esse atendimento reaparece com Lacerda (1960-65). É nesse período que um novo grupo se soma aos anteriores: os de pessoas que, desenvolvendo alguma atividade laboral de 2^a a 6^a feira e pernoitando nas ruas nesse período, para economizar o dinheiro das passagens diárias, só vão para casa no final de semana.

Se de um lado, na década de 50, podemos destacar o início das migrações Norte e Nordeste/Sudeste “em busca de dias melhores” e a decorrente presença desses migrantes nas ruas do Rio de Janeiro e de São Paulo, por outro, durante a ditadura militar (1964-1985), particularmente no governo Figueiredo, é notório o aumento numérico da população adulta em situação de rua e a presença de crianças e adolescentes, incluindo famílias inteiras.

Pode-se dizer, então, que desde antes de 1888 já se perfilam e firmam – mesmo em diversas conjunturas – três traços claramente recorrentes no itinerário dessas populações: a heterogeneidade dos grupos, e entre eles, o das pessoas com problemas de saúde física e/ou mental; a origem na sua absoluta maioria nas camadas populares; e, enfim, a precariedade extrema das condições de vida.

2. Anotações sobre o período de 1990 a 2008

Temos condições de apresentar informações atualizadas que desenhem claramente os traços do perfil dos/as moradores/as de rua na região metropolitana do Rio de Janeiro.

- 6.892 é o total de moradores/as de rua vivendo e/ou pernoitando em instituições em 7 municípios da região metropolitana e município de Campos (cfr. Pesquisa do Instituto Meta/MDS);

- Os fluxos migratórios se dão fundamentalmente dentro de regiões do próprio estado;
- Os fatores determinantes mais freqüentes que, unidos às histórias pessoais, influenciam na ida dessas pessoas para as ruas são: conflitos familiares, desemprego, falta de moradia, problemas de saúde física e mental, expulsão dos seus locais de moradia pelos agentes do tráfico de drogas;
- Extrema precariedade nas condições de vida;
- Tratam-se enfim de pessoas que, atingidas por processos estruturais de exclusão, sofreram rupturas de vínculos (família/laços afetivos, trabalho, cultura) decisivos na construção de sua identidade, o que as coloca em grave situação de risco e vulnerabilidade.

3. Uma definição

Na busca de um referencial teórico que nos permita, hoje, uma leitura que seja adequada à realidade descrita, optamos pelo binômio inclusão/exclusão (R. Lenoir, R. Castel, S. Escorel). E, ao focalizarmos a População Adulta em Situação de Rua, arriscamos a seguinte definição conceitual: “Tratam-se de pessoas provenientes, em sua maioria, dos segmentos populares, que, vivendo em situação de extrema exclusão social e vulnerabilidade, fizeram da rua sua casa, nela desenvolvendo suas relações e nela provendo - de diversas maneiras – o seu sustento”.

II. INCLUSÃO SOCIAL

1. Diretrizes norteadoras

- A busca da inclusão social da População Adulta em Situação de Rua deve ser feita através de estratégias e políticas públicas articuladas e complementares do Estado, em parceria com a Sociedade Civil, a nível federal, estadual e municipal.
- Qualquer proposta de intervenção social junto a essa população terá como pressuposto e meta permanente a efetiva interlocução e protagonismo desse segmento social.
- A intersetorialidade, particularmente das áreas de trabalho e renda, habitação, saúde, assistência social, educação e segurança, nos três níveis apontados, será a característica fundamental tanto na definição como na execução das mencionadas estratégias e políticas.
- O critério de “estratégias e ações regionais”, nos três níveis apontados, norteará o planejamento e a execução das diversas propostas de ação social.
- A cada três anos o governo estadual deverá fornecer às instâncias competentes, tanto do próprio governo como da sociedade civil, informações sobre os fluxos migratórios e perfil destas populações, nas diversas regiões do Estado do Rio de Janeiro.
- É imprescindível a alocação de recursos específicos que possibilitem o encaminhamento e a realização das atividades e trabalhos decorrentes das presentes diretrizes.
- É fundamental desenvolver e ampliar o debate público visando à sensibilização da sociedade, com vistas à necessidade de propostas que apontem efetivamente para a cidadania e inclusão social deste segmento.

2. Sobre técnicos/as e educadores/as

Tendo por base o perfil exigido das pessoas envolvidas em trabalhos sociais e em se tratando da População Adulta em Situação de Rua, é preciso enfatizar de maneira especial a capacidade de ouvir e acolher, de criar vínculos e compartilhar os percursos que levam ao reencontro consigo mesmo e com a sociedade, numa progressiva construção e exercício da cidadania:

- Os/as educadores/as devem ter consciência, ao pensarem nas metodologias, de que valores, relações, atividades e procedimentos devem ser qualitativamente diferentes dos reinantes nesta sociedade excludente. É um trabalho de contracultura;
- Estado e municípios darão aos técnicos/as e educadores/as, participantes dos trabalhos junto aos/às moradores/as de rua, oportunidades de qualificação permanente, além de garantirem políticas de cargos e salários condizentes com suas responsabilidades, atentando, enfim, para a segurança daqueles que trabalham em locais de risco.

3. Serviços, atendimento e equipamentos

- As instâncias competentes devem criar condições para que os serviços e atendimentos públicos, tanto dos governos como da sociedade civil, incluam efetivamente a População Adulta em Situação de Rua, tanto respeitando seus direitos de cidadãos/ãs como erradicando quaisquer procedimentos discriminatórios.
- A existência de moradores/as de rua com problemas de saúde é secular. Requer um estudo específico que se referencie na relação “Exclusão/Vulnerabilidade/Conceito de Saúde”.
- Os equipamentos destinados especificamente à mencionada população (centros de referência, abrigos, albergues, casas

de convivência e outros) devem ser pensados como espaços de experiência de vida qualitativamente diferente da experimentada na rua, onde se construa a cidadania e se vivencie o respeito aos direitos humanos, enfatizando o protagonismo dessas pessoas.

- É preciso avaliar os atuais equipamentos e, se for o caso, criar outros que, respondendo à heterogeneidade dos grupos que compõem a mencionada população e sob a coordenação de equipes interdisciplinares, desenvolvam metodologias de efetiva inclusão social.

4. Sobre as metodologias

- As metodologias sócio-educativas – pois se trata de inclusão social – terão como meta permanente a afirmação destas pessoas enquanto cidadãos/ãs autônomos/as e comprometidos na construção de uma sociedade mais justa e solidária, efetivamente inclusiva;
- É preciso trabalhar com processos que respeitem o estilo e o ritmo de cada pessoa, assim como sua história;
- Também é preciso atentar para que nesses processos, tudo e todos - inclusive as próprias entidades/instituições - sejam educativos;
- Pensar em metodologias inclusivas equivale a criar respostas para aspectos de nossas vidas atingidos pela exclusão, a saber: o mundo sócio-familiar e afetivo, o mundo dos valores, do trabalho, dos direitos e cidadania e, finalmente, o mundo da dignidade do ser humano.

Ao apontarmos para o mundo dos direitos e cidadania, emerge uma meta imprescindível: a da sua organização sócio-política e presença efetiva nas instâncias de decisão que lhe dizem respeito.

III. PROPOSTAS ESPECÍFICAS

1. Assistência social

- Estruturar a Rede de acolhida, com serviços e equipamentos diferenciados;
- Produzir e sistematizar informações sobre a população em situação de rua e serviços usando a tecnologia da informática;
- Adequar e normatizar os equipamentos e os espaços, com lotação adequada à faixa etária e gênero, garantindo atendimento individualizado;
- Garantir um trabalho de abordagem com equipe qualificada e intersetorial;
- Divulgar os direitos da população que está nas ruas em um único documento;
- Garantir percentual mínimo no orçamento das três instâncias de governo para programas e serviços de atenção à população em situação de rua;
- Capacitar as equipes que atuam diretamente com as pessoas em situação de rua, incluindo a esfera governamental e toda a rede não governamental de atendimento;
- Criar Centros de Referência Regionais (com Central de Vagas) e municipais, definindo claramente sua articulação, complementaridade e responsabilidades;
- Incluir pessoas em situação de rua no Benefício de Prestação Continuada (BPC), com critérios de acesso específicos;
- Promover ações intersetoriais visando à integração e inclusão da população em situação de rua no mercado de trabalho;

- Rever e adequar os equipamentos do governo do Estado voltados para o atendimento à população em situação de rua;
- Criar Comissões permanentes nos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Assistência Social, para as discussões e o aprofundamento das questões inerentes à inclusão social da população em situação de rua;
- Implementar estratégias para estimular a participação da população em situação de rua em fóruns de debates e nos Conselhos de políticas como usuários.

2. Educação e cultura

- Promover o acesso à educação e atividades culturais sem preconceito e discriminação;
- Incluir nas políticas educacionais públicas uma flexibilização no sistema de ensino e maior entrosamento com as entidades/instituições que atendem à população em situação de rua;
- Qualificar para o trabalho em parceria com cursos profissionalizantes para pessoas em situação de rua, flexibilizando normas e facilitando o entrosamento;
- Incluir na grade curricular universitária das áreas de humanas e sociais (Direito, Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, etc.) a temática de população de rua: perfil, cultura, identidade cultural;
- Criar parcerias com instâncias acadêmicas visando contar com sua participação na realização de pesquisas e estudos específicos (metodologias educativas) que qualifiquem tanto o aprofundamento da temática como a própria prática social junto a essa população;

- Educar a sociedade por meio da mobilização dos meios de comunicação para atitudes sem preconceito para com o morador de rua e para ajudar a promover a inclusão social;
- Possibilitar o acesso aos meios de informação e informática;
- Destinar recursos financeiros e humanos para uma educação integral de cidadania: ações sociais e educacionais.

3. Saúde

- Criar parcerias com as Instituições de Ensino para que na formação dos profissionais de saúde seja incluído o tema “populações vulneráveis”;
- Introduzir nos treinamentos/oficinas de educação permanente, voltados para profissionais de saúde, módulo que contemple a sensibilização e qualificação para o atendimento às populações vulneráveis, notadamente a população em situação de rua, considerando suas especificidades;
- Articular inter e intrasetorialmente, assim como interinstitucionalmente, incluindo organizações da sociedade civil, a criação de protocolos de atendimento e acolhimento à população em situação de rua nos diferentes níveis do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo a atenção integral à mesma;
- Organizar por área e/ou região o fluxo de referência e contra-referência entre os equipamentos de saúde e, entre estes e os da assistência social, incluindo os da sociedade civil, para o acolhimento dessa população;
- Identificar mecanismos para agilizar o atendimento às demandas por leitos e/ou exames de alta complexidade por parte das instituições de abrigamento junto às Secretarias de Saúde;

- Criar Grupo de Trabalho (GT) Intersetorial e Interinstitucional para adequação e implementação das propostas;
- Ampliar o Programa Saúde da Família (PSF) para os sem domicílio/território e com atendimento direto nas ruas.
- Instituir/ampliar o programa de atendimento domiciliar para os residentes em albergues, asilos e abrigos, com base nas experiências do Atendimento Domiciliar Terapêutico (ADT) da AIDS;
- Ter, nos Postos e Centros Municipais e Estaduais de Saúde, um espaço adequado para cuidados de higiene pessoal, com a necessária infraestrutura material.
- Ampliar a retaguarda de atendimento às pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas pelos Centros de Atenção Psicossocial a Usuários de Substâncias Psicoativas (CAPS-AD) e outros serviços ambulatoriais, na perspectiva da redução de danos, em parceria com o Programa Saúde da Família (PSF), com a criação de equipes de redutores de danos e/ou qualificando equipes do PSF, conforme diretrizes da Política Nacional de Atenção aos Usuários de Álcool e Drogas do Ministério da Saúde;
- Criar unidade móvel de saúde, com equipe mínima composta por enfermeiro, auxiliar de enfermagem e assistente social, para atendimento nas ruas ("SAMU Social").

4. Trabalho e emprego

- Criar programas de apoio ao Associativismo;
- Ofertar cursos de capacitação profissional;
- Formar parcerias com SESI/SENAI para cursos;
- Pleitear financiamento público para Cooperativas;

- Realizar acompanhamento psicológico antes da inserção no mercado de trabalho;
- Criar projeto de remuneração e seguridade social para catadores de rua;
- Discutir a adoção de incentivos fiscais às empresas que disponibilizarem vagas para moradores de rua capacitados;
- Trabalhar junto aos moradores de rua a questão da escolaridade, buscando canais para viabilizá-la;
- Trabalhar nos indivíduos a autovalorização;
- Instituir maior transparência e controle nos recursos públicos destinados às Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OS-CIPs);
- Transformar a repressão do governo ao trabalho informal em programas de apoio/promoção dos trabalhadores de rua.

5. Moradia

- Criar Rede de Serviços Sociais que viabilize o direito à moradia, oferecendo um auxílio-moradia (provisório), vinculado a uma possível concessão definitiva de uso, com o necessário acompanhamento;
- Utilizar recursos do IPTU (percentual) e de outros instrumentos de regulamentação urbana em projetos de moradia para pessoas em situação de rua;
- Criar pequenos conjuntos de habitações com infraestrutura para concessão de uso;

- Reformar imóveis públicos e viabilizar a aquisição ou locação de imóveis vazios privados para uso habitacional, com ênfase nas áreas centrais urbanas;
- Promover a interlocução das instituições de Assistência Social e Habitação (incluindo financiamento).

6. Direitos humanos

- Garantir que as ações dos operadores de direito do Estado voltadas para a população em situação de rua não sejam pensadas e executadas como de combate à desordem urbana e sejam tratadas no âmbito de política social pública;
- Promover maior participação e conscientização das Casas Legislativas em torno das causas da população em situação de rua (proposição de PL, audiências públicas, etc.);
- Reformular as Ouvidorias que recebem denúncias de violações de Direitos Humanos, para que em sua composição tenham representantes da sociedade civil organizada;
- Fiscalizar, por parte dos agentes institucionais, no tocante a casos de violação de direitos, particularmente no que se refere à etnia, gênero e religião, tanto da população presente na rua como da abrigada;
- Garantir a Segurança Pública enquanto direito das pessoas em situação de rua, tanto de brasileiros quanto de estrangeiros residentes.



[Apoio]



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ



Associação Solidários Amigos de Betânia



pesquisa e assessoria em educação



então é a vida



"Amar e Servir"



SECRETARIA DE
SAÚDE E DEFESA CIVIL

